

## **A RELAÇÃO ENTRE CONFLITOS TERRITORIAIS E O GENOCÍDIO DO POVO KAINGANG NO RIO GRANDE DO SUL (1993-2023)**

LUANA DIAS LAMEIRA<sup>1</sup>; MARIANA DIAS LAMEIRA<sup>2</sup>;  
SIMONE DA SILVA RIBEIRO GOMES<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas –luanadias.lame@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – Maridias.lameira@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas– simone.gomes@ufpel.edu.br

### **1. INTRODUÇÃO**

Esta pesquisa tem como objetivo examinar casos de assassinato contra o povo Kaingang, buscando verificar de que forma os conflitos territoriais contribuíram para o processo de genocídio desse povo no Rio Grande do Sul, entre 1993 e 2023. O estudo baseia-se em dados da Cartografia dos Ataques Contra Indígenas (CACI), que reúne registros do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), empregando uma abordagem quali-quantitativa, com análise documental e de conteúdo.

O recorte parte do TCC “Padrões emergentes nos assassinatos contra os Kaingang no Rio Grande do Sul (1993–2023)”, mobilizando os conceitos de etnocídio, genocídio e colonialismo, para compreender a relação dos conflitos territoriais no genocídio dos Kaingang. A violência contra os povos indígenas no Brasil é indissociável do passado colonial e da história do país, se estruturando a partir da colonização pela escravização e imposição cultural. Na modernidade, essa violência se manifesta de diferentes formas, como ameaças, discriminação, assassinatos e invasões.

O povo Kaingang é o terceiro maior povo indígena do Brasil. De acordo com Quinteiro (2020, p. 161), sua população ultrapassa 45 mil pessoas e está, predominantemente, localizada na região Sul, distribuindo-se entre os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e parte de São Paulo. Os primeiros contatos com os Kaingang ocorreram por volta de 1600, com um modo de vida baseado na caça, pesca e coleta de frutos (Braga, 2015 apud Meliá, 1984). Com a colonização e, posteriormente, o avanço industrial, o país passou a investir no agronegócio, intensificando a pressão sobre os territórios indígenas. A fragilidade das instituições de proteção dos direitos territoriais e sociais indígenas como o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e, posteriormente, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) provocou uma contínua perda de seus territórios e, consequentemente, muitos conflitos.

Apesar das tentativas de modernização ao longo do tempo e da fragilidade dos órgãos de proteção, os Kaingang resistem. Em 1978, realizaram um movimento contra as invasões nas reservas de Nonoai (RS), utilizando a força para retomar suas terras. Alguns territórios foram recuperados na década de 1990. Entretanto, os conflitos fundiários continuam sendo uma realidade persistente na contemporaneidade e são uma das principais causas de assassinatos de indígenas.

A relação dos povos originários com o território vai além da posse da terra. Trata-se de um espaço de existência coletiva, cosmologia, práticas culturais, transmissão de saberes e redes de parentesco. Quando esse território é atingido, todo o coletivo indígena é afetado, e ocasionam os conflitos territoriais. Dessa

forma, este trabalho busca analisar a relação entre os conflitos territoriais e o genocídio do povo Kaingang no Rio Grande do Sul, no período delimitado.

## **2. METODOLOGIA**

A pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa, mais especificamente quantitativa interpretativista. Conforme Junqueira, em “Métodos Quantitativos e Qualitativos: uma proposta de integração”, esse método utiliza a análise exploratória de dados por meio de correlações básicas, posteriormente transformadas em gráficos e tabelas que serão interpretados de forma qualitativa. Os dados desta pesquisa foram coletados a partir dos registros de assassinatos disponibilizados pelo CACI. Ao todo, foram incluídos 42 casos ocorridos no período de 1993 a 2023. A plataforma reúne informações sobre diferentes violências que afetam as populações indígenas no Brasil. Contudo, para este estudo, consideraram-se apenas as ocorrências de assassinato no estado do Rio Grande do Sul. Foram mapeados 42 casos de assassinatos, porém, é importante destacar que esse número não reflete a totalidade das ocorrências neste período, já que muitas não são noticiadas ou registradas. Ainda assim, se constitui como base para a análise.

A análise apresentada é um recorte de uma pesquisa maior, desenvolvida como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que considera as seguintes variáveis: ano, idade, gênero, município, responsável (indígena ou não indígena) e causa do assassinato. Esta última variável foi categorizada em: “Conflito territorial”, quando a motivação está relacionada a disputas por terra; “Conflito interno”, quando envolve indígenas do mesmo povo ou familiares; “Violência racial”, quando motivada por preconceito racial; “Conflito por liderança”, quando decorrente de disputas pela liderança local; “Feminicídio”, no caso de mortes de mulheres; e “Desavenças”, categoria que abrange situações de brigas com conhecidos, amigos ou outras pessoas.

Para este recorte, priorizou-se a categoria “conflito territorial”. Para a categorização dos casos foi realizada, primeiramente, uma análise documental, abordagem que examina documentos com o objetivo de inferir ideias. Segundo Caulley (1981), a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse. Após a seleção dos documentos, a análise documental foi complementada pela análise de conteúdo. Enquanto a análise documental viabilizou o levantamento inicial de informações e a definição de categorias com base no objetivo proposto, a análise de conteúdo possibilitou a interpretação dos documentos, considerando também o aspecto simbólico das mensagens e categorizando-as de acordo com as variáveis estabelecidas, neste caso, a categoria “Conflito territorial”.

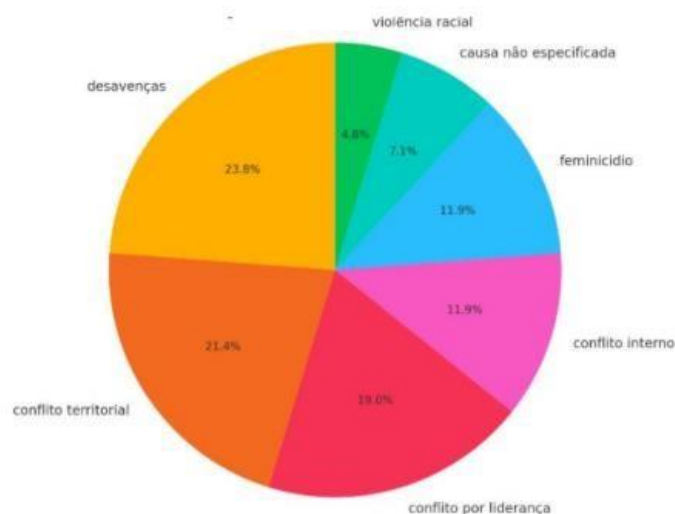
Para tratar os dados e construir os gráficos, foi utilizada a plataforma Anaconda, com o IDE Spyder, um Ambiente de Desenvolvimento Integrado (IDE) de código aberto para programação em Python. Por fim, os gráficos foram interpretados com base na fundamentação teórica construída a partir dos conceitos de etnocídio e genocídio de Pierre Clastres, e de colonialismo de Frantz Fanon.

## **3. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para discutir a relação entre os conflitos territoriais e o genocídio contra o povo Kaingang, foi utilizado um gráfico, o qual compõe o TCC, que apresenta a

distribuição das causas de assassinato nos 42 casos analisados, evidenciando quais delas são mais frequentes.

Figura 1 – Distribuição das causas dos assassinatos



Fonte: Elaborado por Luana Dias (2025), com base em dados da Cartografia dos Ataques Contra Indígenas.

A figura 1 revelou que os conflitos territoriais constituem a segunda causa mais frequente de assassinatos contra o povo Kaingang no Rio Grande do Sul, representando 28,6% do total. Esses conflitos envolvem disputas por invasão, posse e uso de terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, que sofrem constante pressão devido à expansão do agronegócio e da mineração.

Esse resultado não pode ser analisado de forma isolada, pois faz parte de um mecanismo de violência histórico e político. O colonialismo, como afirma Frantz Fanon, é um sistema que impõe domínio por meio da força física, psicológica e simbólica, desumanizando os povos colonizados e impondo seus valores e estruturas sociais. A colonização se infiltrou em diferentes âmbitos da sociedade e persiste nas instituições brasileiras, nas relações sociais e na violência dirigida aos povos indígenas, que os subjuga em relação ao lucro que as terras proporcionam.

Os assassinatos por conflitos territoriais, nesse contexto, configuram também uma forma de destruir as tradições dos povos indígenas. A desvalorização de sua cultura, modo de vida e percepção do território contribui para a legitimação das invasões e ocupações de terras por meio do garimpo ilegal, agronegócio, tráfico de drogas e mineração. A lógica mercadológica subjuga a importância das terras ao lucro da modernização, tornando as disputas territoriais constantes.

A principal motivação para as invasões é disponibilizar estas terras para a exploração pelo agronegócio, pelas mineradoras, pelas madeireiras, dentre outros segmentos. E para atingir este objetivo, um leque bastante diverso de violações de direitos e tipos de violência tem sido praticado, de modo cumulativo e sistemático ao longo de décadas – ou melhor, séculos. (CIMI, 2019).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> SANTANA, R. **A maior violência contra os povos indígenas é a destruição de seus territórios, aponta relatório do Cimi**. Disponível em: <<https://cimi.org.br/2019/09/a-maior-violencia-contra-os-povos-indigenas-ea-apropriacao-e-destruicao-de-seus-territorios-aponta-relatorio-do-cimi/>>. Acesso em: 15 atrás. 2025.

As invasões geram conflitos, que acarretam em assassinatos. Essa realidade é reflexo do etnocídio, que Pierre Clastres classifica como a destruição da cultura de um povo por meio da supremacia de uma cultura dominante, podendo se manifestar tanto por meio da morte física quanto de forma simbólica, por meio da destruição de elementos culturais e do abuso psicológico. Nesse sentido, o genocídio indígena, a eliminação física, constitui-se como instrumento do etnocídio, uma vez que o assassinato de indígenas não se restringe à violência física, atingindo também a existência coletiva do povo e a transmissão de saberes desses indivíduos.

#### **4. CONCLUSÕES**

O objetivo da pesquisa foi analisar a relação entre conflitos territoriais e o genocídio do povo Kaingang. Após verificar o resultado do gráfico com a teoria, foi possível identificar que essa categoria representa 28,6% dos assassinatos registrados contra o povo Kaingang no Rio Grande do Sul no período de 1993 a 2023, configurando um padrão de violência que vai além de disputas por terra, faz parte de um processo histórico e político que visa a expropriação territorial e destruição cultural desse povo.

Nesse sentido, os conflitos territoriais funcionam como forma de genocídio e etnocídio, atingindo toda a coletividade indígena, sua cultura, tradição e formas de existência. Partindo de uma lógica histórica que permeia os povos originários desde a colonização. O genocídio e o etnocídio indígenas constitui um sistema que combina interesses econômicos, racismo estrutural e a fragilidade de políticas públicas efetivas. Esse resultado reforça a necessidade de políticas efetivas de proteção territorial, demarcação de terras, bem como do fortalecimento dos órgãos de proteção.

#### **5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

DE CASTRO, EBV Sobre a noção de etnocídio, com atenção especial ao caso brasileiro. 2016.

Métodos Quantitativos e Qualitativos: uma proposta de integração  
LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. (1986). Pesquisa em Educação:  
Abordagens Qualitativas. São Paulo: EPU.

Oliveira, João Pacheco de O nascimento do Brasil e outros ensaios:  
“pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades / João Pacheco de  
Oliveira. – Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. 384 p.: il. color.

VIOLENCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Disponível em:  
<[https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas\\_2006-2007Cimi.pdf](https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2006-2007Cimi.pdf)>. Acesso em: 16 jul. 2025.

(BRAGA, D.; UFRGS, P. \*A história dos Kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul: Do Silêncio, à reação, a reconquista e a volta pra casa. Terra Indígena Serrinha, 1940.